

Intervenção do Ministro das Finanças na Assembleia da República no debate na generalidade sobre o OE2022

Assembleia da República, 26 de abril de 2022

[Como preparado para ser proferido]

Senhor Presidente da Comissão de Orçamento e
Finanças,

Senhoras e senhores deputados,

Iniciamos hoje o debate da proposta de Orçamento do Estado para 2022 num contexto marcado por uma recuperação significativa da economia após dois anos dominados pela pandemia por Covid-19, mas também pelos efeitos negativos e a incerteza resultantes da invasão militar da Ucrânia pela Rússia.

Perante o contexto exigente que enfrentamos, temos resiliências importantes.



Portugal encontra-se no grupo de países com maior taxa de vacinação completa (93% da população), o que mitiga os riscos associados a possíveis novas vagas de COVID-19.

O nosso mercado de trabalho, apoiado pelas políticas que adotámos durante a pandemia, continua a demonstrar uma muito forte resiliência. Em 2021, Registámos também a menor taxa de desemprego de 18 anos e ultrapassámos 4,8 milhões de empregos, um valor inédito desde pelo menos os anos 1990, um valor muito significativo.

As políticas sustentáveis de finanças públicas que seguimos permitiram-nos conquistar subidas de notação de risco para a nossa dívida; colocar a dívida pública numa trajetória descendente, tendo registado em 2021 a maior descida desde a segunda guerra mundial; e manter os custos de financiamento baixos e estáveis face aos das economias que nos são mais próximas.



No setor privado, as famílias reforçaram as suas finanças durante a pandemia, aumentando as suas poupanças: no final de 2021, a taxa de poupança foi de perto de 13% do rendimento disponível, um dos valores históricos mais elevados.

Os indicadores de atividade económica, desde os levantamentos em multibanco (que ultrapassam 13% face ao mesmo período de 2019) às contribuições e impostos pagos por empresas e famílias, confirmam as evoluções positivas nos primeiros meses de 2022.

No Turismo, por exemplo, poder-se-á esperar um verão já melhor do que o registado em 2019. E no conjunto da economia estimamos ultrapassar em quase 1% os níveis de produto anteriores à pandemia continuando uma trajetória de convergência.

Finalmente, de acordo com as projeções apresentadas neste Orçamento, a economia portuguesa crescerá 4,9% este ano, continuando uma trajetória de convergência real de rendimento com a média europeia que, a julgar pelas previsões de



instituições internacionais, se prolongará até ao final da legislatura, no que será o maior período de convergência desde que Portugal aderiu à moeda única.

Senhor Presidente,

Senhoras e senhores deputados,

A par da identificação destes elementos de resiliência que o País conquistou, é essencial reconhecer que vivemos tempos que exigem ponderação e determinação nas políticas.

Ainda não recuperámos totalmente da pandemia e temos uma guerra nas portas da União da Europeia.

As tensões geopolíticas agravaram as tensões inflacionistas que já experimentávamos. E ainda que consideradas transitórias por todas as instituições, o aumento de preços pesa já sobre os orçamentos familiares e empresariais e pressiona subidas de juros.



Ao mesmo tempo, observamos um aumento de volatilidade nos mercados de capitais, que incorporam já as perspetivas de subidas de juros e com elas pressões sobre a dívida de famílias, empresas e países.

Senhor Presidente,

Senhoras e senhores deputados,

Portugal precisa hoje de um orçamento que seja uma força estabilizadora da economia, que mitigue os impactos da inflação, em particular sobre os setores e cidadãos mais vulneráveis, e que reforce os pilares de confiança e resiliência da nossa economia.

Portugal precisa hoje de um orçamento que promova o crescimento e o investimento; que valorize o trabalho e o rendimento das famílias; que aposte nos mais jovens, na natalidade, na inovação e no futuro.

É exatamente esta a nossa proposta. Um Orçamento de mitigação da inflação e dos seus efeitos; Um Orçamento que aposta no reforço dos rendimentos e



no investimento; Um Orçamento também de contas certas na economia e nas finanças.

Reduzir o défice e a dívida são ativos indispensáveis para um país como o nosso, um dos mais endividados da Europa, num contexto de incerteza e em vésperas de uma provável alteração da política monetária com subida das taxas de juro, como pré-anunciou a presidente do Banco Central Europeu.

Senhor Presidente,

Senhoras e senhores deputados,

O primeiro pilar deste é o mitigar os efeitos do choque energético

Para limitar o impacto da inflação na economia e proteger o poder de compra e as condições de produção, o Governo anunciou um conjunto de medidas extraordinárias, que visa conter os preços da energia, apoiar as famílias mais vulneráveis e as empresas mais expostas e contribuir para acelerar a transição energética.

No seu conjunto, estas medidas mobilizam 1800 milhões de euros, dos quais 1300 têm impacto direto nas contas públicas.

Aqui, incluem-se, por exemplo:

- Um pacote avaliado em 800 milhões de euros, que inclui: 1) a redução do ISP equivalente a uma redução da taxa de IVA de 23% para 13% e a devolução da receita adicional de IVA via ISP, que nos permitirão, a preços de início de abril, eliminar para todas as famílias e empresas quase 70% da subida do preço da gasolina e 52% do gasóleo; aos quais se juntam 2) a suspensão da subida da taxa carbono e a redução das tarifas acesso às redes na eletricidade.
- Os apoios diretos ao transporte de passageiros e mercadorias e os subsídios a empresas intensivas em uso de gás e a empresas no setor da agroalimentar avaliados em 300 milhões de euros, a que se juntam linhas de crédito.

- 55 milhões de euros em apoios diretos ao consumo por famílias com rendimentos mais baixos, que reforçam os que já resultam da política de reforço de rendimentos inscrita no Orçamento.

O segundo pilar do Orçamento do Estado é o de reforço dos rendimentos das famílias

O Governo mantém a estratégia de reforçar transversalmente o rendimento dos portugueses, dos mais desfavorecidos, das famílias da classe média, dos que têm filhos, dos jovens, dos pensionistas e dos funcionários públicos.

Aqui incluem-se:

- O pacote de IRS que:
 - aumenta o apoio à natalidade através da majoração da dedução por dependente a partir do segundo filho;



- favorece os jovens, alargando o IRS Jovem e ampliando a vigência do Programa Regressar;
- apoia 1,5 milhões de agregados familiares da classe média, ao contemplar um desdobramento do terceiro e sexto escalões, que torna este imposto mais progressivo e justo, reduzindo a fatura fiscal em 150 milhões de euros;
- isenta 170 mil famílias de pagamento de IRS, alargando o limiar do mínimo existência em 2022 para 9.415 euros.
- A Garantia para a Infância, que reforça o rendimento das famílias com crianças e jovens com menos de 18 anos;
- Início de creches gratuitas para todas as famílias partir do primeiro ano de idade;
- O aumento extraordinário de pensões até 1108 euros, com efeitos desde janeiro de 2022, com um impacto orçamental de quase 200 milhões de euros. Este aumento abrange mais de 1,9

milhões de pensionistas e acresce à atualização regular das pensões;

- O aumento do Salário Mínimo Nacional em 6%, acima do valor da inflação, em linha com o objetivo da legislatura de 750 euros em 2023;
- O aumento de 2,5% na massa salarial dos trabalhadores da administração pública quando consideradas todas promoções e progressões no Estado, que chega a 3,6% se considerarmos o aumento do emprego público.

O terceiro pilar apoia a recuperação do tecido produtivo

Em 2022 estaremos focados na capitalização, no reforço do investimento e na inovação pelas empresas. Ao todo, entre linhas de crédito e apoios, o Orçamento do Estado mobilizará 2615 milhões de euros com esta prioridade.

Aqui incluem-se:



- O Incentivo Fiscal à Recuperação, que apoiará até 25% o investimento das empresas no segundo semestre de 2022;
- A melhoria do regime fiscal “patent box”, posicionando-o como um dos regimes mais favoráveis na União Europeia;
- A eliminação definitiva do Pagamento Especial por Conta e suspensão, em 2022, do agravamento das tributações autónomas das empresas com prejuízos e que habitualmente tinham lucros;
- Os incentivos e subsídios às empresas, no âmbito do PRR, no valor 900 milhões de euros em 2022, para a Inovação, descarbonização, digitalização e qualificações;
- O Fundo de Capitalização e Resiliência, no valor de 1300 milhões de euros;
- A capitalização do Banco de Fomento em 250 milhões de euros para, no quadro do InvestEU, apoiar a capitalização e resiliência financeira das

empresas, mobilizando investimentos públicos e privados;

A quarta prioridade do Orçamento do Estado é a aposta na transição climática e digital

Os desafios urgentes do presente não nos podem desviar do combate ao aquecimento global, da antecipação de tendências de inovação e digitalização, ou do reforço do investimento em habitação, saúde e qualificações.

Mobilizaremos 1150 milhões de euros para um conjunto alargado de iniciativas, entre as quais se incluem medidas para:

- Apoiar o acesso a habitação, melhorando o programa de arrendamento jovem e reforçando um parque habitacional público a custos acessíveis;



- Promover a aceleração da digitalização e da inovação, apoiando parcerias entre os centros de conhecimento e a indústria;
- Estimular o aumento da eficiência energética em edifícios, através de investimentos que visam aumentar o desempenho energético e fomentar o uso de equipamentos mais eficientes;

A quinta prioridade do Orçamento é prosseguir a aposta e recuperação dos serviços públicos

A valorização e a contínua recuperação dos serviços públicos traduzir-se-á, entre outras dimensões, num reforço da despesa nos setores da saúde e da educação, nomeadamente através de:

- Plano de Recuperação de Aprendizagens, que prevê o investimento de 900 milhões de euros em dois anos letivos para o reforço da escola pública, dos recursos humanos e das suas infraestruturas tecnológicas;



- O reforço da capacidade do SNS continuará, com um aumento do orçamento em cerca de 700 milhões de euros, permitindo a contratação adicional de profissionais de saúde e oferecendo mais autonomia aos serviços de saúde para contratarem profissionais em falta.

Finalmente, o Orçamento do Estado consolida as contas públicas, no que constitui o nosso melhor escudo protetor face à incerteza que enfrentamos.

Ao longo do ano, iremos promover um exercício de revisão da qualidade da despesa pública, promover uma redução do défice orçamental e da dívida pública que defendam o País da incerteza e instabilidade internacionais.

Assim, continuaremos a dar prioridade a políticas que combinem a recuperação económica e o combate às

desigualdades com a sustentabilidade das finanças públicas e a redução da dívida pública.

Comprometemo-nos com um défice orçamental de 1,9% do PIB e um superavit primário de 0,3% do PIB. Este é um resultado muito importante para o País.

Depois de termos alcançado a maior redução da dívida pública desde a segunda guerra mundial, ambicionamos ir mais longe. Ambicionamos retirar Portugal da lista de países mais endividados entre 2023 e 2024. Este será um marco decisivo para o país. E para isso temos de reduzir a dívida pública ainda este ano em perto de 7 pontos percentuais para 120,7% do PIB. Fazê-lo é a melhor política para a proteção do país.

Senhor Presidente,
Senhoras e senhores deputados,

Como fica demonstrado, o Orçamento do Estado para 2022 responde aos impactos da guerra na Ucrânia; apoia os rendimentos das famílias, aposta na recuperação dos serviços públicos, e estimula o investimento empresarial e a inovação;

Ao mesmo tempo, o Orçamento prossegue a consolidação das finanças públicas de forma responsável e ponderada, dotando o país de válvulas de segurança que nos permitem estar confiantes.

Este é, em suma, um orçamento que nos protege no presente e que investe no futuro.

Este é o orçamento de que Portugal precisa.

Obrigado.